



GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: QUESTÕES DESAFIADORAS ENTRE OS ATORES SOCIAIS FAMÍLIA E COMUNIDADE ESCOLAR

Silvana Sousa Andrade¹

INTRODUÇÃO

É sabido que todo processo formativo dos sujeitos são desenvolvidos em diferentes contextos sob a perspectiva da divisão de papéis dos atores sociais. Nesse sentido, esses contextos estão interligados e, portanto, apresentam situações desafiadoras, principalmente quando se trata da relação escola e família, especialmente na perspectiva de instituições formais de educação que envolve todos os movimentos políticos sociais pertinentes.

Vislumbrar a gestão democrática no âmbito da educação escolar significa aspirar à criação de um caminho mais dialógico, legítimo e qualitativo nas conexões que atravessam todo o ambiente da escola.

Partindo dessa perspectiva, pensar a gestão democrática no contexto escolar significa que nesse ambiente se possam ecoar as vozes dos atores sociais. Essa premissa da garantia de voz ativa de toda comunidade (família, comunidade escolar e civil) nas tomadas de decisões está prevista nos documentos legisladores da educação. No entanto, em pleno ano de 2020 do século XXI a prática da gestão democrática participativa no cotidiano escolar ainda não acontece como preconizam os dispositivos legais e os pesquisadores da temática.

Por vezes, nota-se que há um distanciamento entre a escola e os demais agentes sociais, principalmente com relação à participação da comunidade e família para à tomada de decisões.

O presente texto foi pensado a partir da consideração da autora sob o

¹ Mestre em Educação (UESB), Pedagoga (UESC), Docente da rede básica municipal de Itajuípe – BA (PMI). E-mail: syl31andradefonseca@gmail.com.



ponto de vista de que, mesmo o cenário da escola básica em relação aos princípios da gestão democrática denotar desânimos e angústias, mediante aos inúmeros desafios da gestão escolar, torna-se imprescindível e crucial que se reflita sobre a temática e a considere como uma alternativa em construção.

Assim, este texto surge das reflexões a partir das leituras bibliográficas e das inquietações oriundas das vivências desafiadoras observadas e vividas em uma escola de pequeno porte em um município de 23 mil habitantes, localizado no interior do estado da Bahia, mais precisamente, na região Sul do estado.

Objetiva-se, portanto, identificar algumas questões desafiadoras no âmbito da gestão democrática no contexto da educação escolar, principalmente em relação à participação dos atores sociais, mais especialmente, a família e comunidade escolar. A partir da metodologia adotada pela discussão dissertativa numa abordagem argumentativa sobre o tema.

GESTÃO ESCOLAR E PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Entende-se que o conceito de participação ele abarca uma concepção ampla se relacionado diretamente com os princípios essenciais de autonomia, e no que tange a escola, este é um fator relevante.

Para Dourado (2006), a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar no dia-a-dia é o que determina a efetivação da Gestão Democrática e Participativa, pois significa dizer que há a expressividade do coletivo composto por pessoas ou até grupos de sujeitos, para assumir e tomar decisões em favor da unidade escolar. Em outras palavras, seria o que diz Ferreira (2001, p. 165), "a gestão democrática é o processo de coordenação das estratégias de ação para alcançar os objetivos definidos".

A provisão de condições de intensa participação geral e irrestrita de toda a comunidade, corpo de funcionários e alunos, torna-se condição sem o qual não se pode considerar qualquer modelo de gestão democrática. Somente a



partir dessa condição basilar podem ser construídos os pilares de sustentação de um projeto eficiente, justo e equitativo para que se possam emprestar a institucionalidade democrática.

A participação da família que se reveste de importância para o desenvolvimento de todo processo da escola, ela é imprescindível. A relevância da família é ressaltada e enfatizada de tal modo que, não há como se dimensionar a educação final e a construção do aprendizado dos alunos sem uma efetiva e profunda participação em todo o processo do ensino.

Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes quão importante é sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos (PARO, 2000, p.16).

A partir da percepção de Paro (2000) a gestão democrática tem a ver com a relação que contempla as dimensões internas e externas da instituição promotora de ensino e aprendizagem dentro dos limites da escola e do seu entorno comunitário em que “o diálogo seja o instrumento crucial para a gestão democrática” (CURY, 2002, p. 38). Assim, Dourado (2006) considera que a gestão democrática é um novo horizonte para a educação ao alterar substancialmente as metodologias e práticas das escolas quando passam a adotá-la como modelo de gestão.

Entretanto, para entender a lógica da forma de gestão e, sobretudo, a democrática é necessária compreender as práticas das escolas e seus reais entraves desafiadores, para assim, ampliar o olhar sob a dimensão do discurso posto.

QUESTÕES DESAFIADORAS: ALGUMAS OBSERVAÇÕES DE VIVÊNCIAS

A partir da literatura que versa sobre a Gestão Escolar Democrática, mais precisamente, as obras aqui citadas, entende-se que fazer gestão democrática na escola vai além do trabalho de gerir os recursos



administrativos com a “prestação de contas” ao corpo docente da instituição. Eis, portanto, um dos desafios da escola, principalmente, porque executá-la implica na redistribuição de responsabilidades, essa parceria, inevitavelmente, diz respeito à família e comunidade escolar.

Ao observar as práticas vividas por uma escola pública de pequeno porte de um município do interior da Bahia, verifica-se que, a participação das famílias na escola, principalmente em relação às tomadas de decisões são praticamente inexistente. A participação de representantes do aluno só acontece em momentos pontuais e estritamente relacionados ao desempenho acadêmico dos discentes.

As vivências analisadas em uma determinada escola interiorana da Bahia estão distantes da perspectiva de Paro (2000), pois para implantar práticas de pedagogias participativas e inserir a cultura dos familiares na construção de saberes e tomadas de decisões dos/nos processos formativos dos alunos, não tem sido fácil. Nessa unidade escolar, por exemplo, o gestor fala abertamente que trabalha na perspectiva da gestão democrática, porém as práticas cotidianas não ornaram com a literatura e nem com o discurso do gestor. As vivências se distanciam dos preceitos da gestão participativa. O que se vê nessa escola é cada agente educacional caminhando “solitário”, isto é, sem a construção das demandas da unidade na perspectiva da coletividade.

O sentido de gestão democrática e participativa não consiste em apresentar “relatórios” das aplicações dos recursos financeiros e a tentativa de manter relações interpessoais cordiais. Pois, ao concordar com Lück (2009, p.71), a concepção de “democracia pressupõe muito mais que tomar decisões ela envolve a consciência de construção do conjunto da unidade social e de seu processo como um todo, pela ação coletiva”.

Por fim, com essas reflexões observadas nas práticas escolares e nos documentos norteadores dos pressupostos da gestão escolar democrática, conclui-se que, para sua efetividade, muitas questões são desafiadoras e permeiam o chão das escolas em muitos municípios brasileiros.

A conclusão é que pensar no trabalho educativo de uma instituição de



ensino, necessariamente, traz à tona as questões associadas aos processos de gestão também. Em outras palavras, significa dizer que toda processo educacional ele é inevitavelmente intencional, do mesmo modo, proposital e tem metas específicas, que devem ser claras e capazes de promover resultados exitosos. Para tanto, é preciso ser levado em consideração à participação coletiva, efetiva, participativa e colaborativa de todos os agentes e/ou atores educacionais (comunidade docente, discente, sociedade, família e escola) na promoção de ações relevantes e essenciais para regência dos processos educacionais no cenário escolar.

REFERÊNCIAS

CURY, C. R. J. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – **RBPAE**. São Bernardo do Campo, v. 18, n. 2, jul./dez. 2002.

DOURADO, L. F. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília - Centro de Educação a Distância, 2006.

FERREIRA, N. S. C. et al (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.